



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 679340 - SP (2021/0215216-3)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : MARICY REHDER COELHO CAMARA - SP156550
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUCAS MARTINS PARENTE (PRESO)
PACIENTE : VITOR HUGO DOS SANTOS LIMA (PRESO)
CORRÉU : EMERSON HENRIQUE FERNANDES VICENTE
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUCAS MARTINS PARENTE e VITOR HUGO DOS SANTOS LIMA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1501788-37.2019.8.26.0542).

O Juízo da 4ª Vara Criminal da Comarca de Osasco (SP) condenou os pacientes, respectivamente, às penas de 4 anos de reclusão no regime inicial semiaberto (Lucas) e 6 anos de reclusão em regime inicialmente fechado (Vitor); ambos pela prática dos delitos previstos no art. 16, parágrafo único, IV, da Lei n. 10.826/2003 e no art. 244-B da Lei n. 8.069/1990 (fls. 27-28).

O Tribunal de origem negou provimento à apelação interposta por Lucas Martins Parente e deu parcial provimento ao apelo de Vitor Hugo, para reduzir sua pena ao patamar de 5 anos e 4 meses de reclusão, mantendo o regime de cumprimento inicial fechado (fls. 36-43).

Neste *writ*, a impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, ao argumento de que não houve fundamentação idônea para a escolha dos regimes prisionais mais gravosos, tendo sido considerada apenas a gravidade em abstrato do delito, em inobservância aos ditames do art. 33, §§ 2º e 3º, do CPP.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem "para que sejam aplicados ao caso concreto os artigos 33, § 2º, do Código Penal, e 387, § 2º, do Código de Processo Penal, adequando-se desde a fase de conhecimento o regime inicial dos ora pacientes" (fl. 16).

É, no essencial, o relatório. Decido.

O ato coator não possui contemporaneidade com o ajuizamento do presente *habeas corpus* para ser apreciado em regime de plantão, razão pela qual o pedido de liminar deverá ser analisado após a apresentação das informações.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente